1

Introdução

Quebrem-se as duras cadeias
Do negro analfabetismo,
Tire-se o povo do abismo
Desta cegueira em que está [...]
Mostrai-lhe a luz que irrompe
Do horizonte do A-B-C
Com esta tudo se vê [...]
Sem esta luz da centelha
Que explode do B-A-BÁ
Sempre escura a vista será
E o cidadão nada vê
Dai-lhe pois do livro a luz
Pr'a iluminar seu Destino.
Dai-lhe essa sorte do ensino
Num bilhete do A-B-C
Não se educar a criança?
Não a levar para a escola?
É se negar uma esmola
À infância que estende a mão
É fomentar-se a miséria
No seio da sociedade,
É não se ter caridade
É não se ter coração!
Para que Códigos, Bíblias, Jurisprudências, decretos,
Se os olhos analfabetos
São cegos não vêem luz? [...]
Para pois que o povo possa
Cumprir sempre o seu dever,
Fazei-o primeiro ler.
Botai-lhe o livro na mão [...]
O livro é que abre as portas
Desse cenário de luz
Por onde a ciência conduz
Toda a cruzada de heróis.[*]

[*] Versos retirados de edição elaborada em 1941, intitulada "Liga Brasileira Contra o Analfabetismo", localizada na Biblioteca Nacional, contendo informações diversas sobre esta Liga. Não podemos precisar em que período o poema foi elaborado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

Há algum tempo tenho interesse pelo período denominado Primeira República. Desde a época do colégio, o gosto pela História se associava ao gosto pelo que é relegado a segundo plano nas grandes interpretações do Brasil. A idéia que ficava recorrente, assim que saíamos do Ensino Médio era a de que a República Velha é um período de verdadeiro caos, de desorganização; afinal, o Império havia desmoronado e os poderes se tornariam cada vez mais descentralizados. Aparentemente, o que fica no nosso imaginário é a identificação dos anos que vão de 1889 a 1930 com uma desordem ou bagunça generalizada, um tempo marcado pelo vazio de idéias, propostas e ações significativas para a Nação brasileira.

Ao ingressar no curso de graduação em História na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, entraria logo em contato com a pesquisa histórica ao fazer parte do Projeto de Pesquisa "História de São Gonçalo: Memória e Identidade". Ao desenvolver pesquisas para este projeto, comecei a tomar gosto maior pela Primeira República e mais, foi a partir daí que comecei a perceber que este não é apenas um período entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Foi durante uma pesquisa que realizava na Biblioteca Nacional no jornal *O Fluminense* sobre um ilustre gonçalense, o médico Dr. Luiz Palmier, que esbarrei com uma associação que ganhava destaque nas páginas daquele periódico, da qual Luiz Palmier era membro e cuja denominação, assim como seus propósitos, era desconhecida para mim. Foi assim que a Liga Contra o Analfabetismo – tema central deste trabalho – passou a fazer parte da minha vida acadêmica.

Durante a graduação, optei por me dedicar aos estudos acerca da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo, uma seção da Liga Brasileira. Ao ingressar no Mestrado, continuei a busca por saciar minha curiosidade e interesse pelo contexto dos anos 10 e 20 e pelas ações da Liga. Percebendo que o movimento era algo que pretendia se estender a todo o território brasileiro e que tomaria efetivamente outros estados além do Rio de Janeiro, passaria, assim, a pesquisar a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo.

Fundada em 21 de abril de 1915 por homens de letras, médicos, advogados, militares e contando com a colaboração de diversos setores da sociedade, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo tinha como propósito atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, e, sobretudo, junto à

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

população, para que se pudesse comemorar o centenário da Independência declarando o Brasil livre do analfabetismo. Qualquer pessoa, sem distinção de raça, idade, classe social, partido político, religião, sexo ou nacionalidade poderia pertencer à associação, desde que se comprometesse a atuar em prol de seus objetivos, pelo pensamento, pela palavra e pelo ato. Visando alcançar seu propósito, a Liga se reunia semanalmente para definir estratégias de ação, buscar apoios e coordenar as Ligas Estaduais e seções fundadas nas respectivas localidades.

Após algum tempo de pesquisa, ficava cada vez mais claro que a idéia da Primeira República como lugar do vazio, da desorganização e, principalmente, da ênfase no jogo político local puro e simples, não dava conta de alguns movimentos que começavam a surgir, sobretudo na década de 1910. Movimentos estes que se configuram como projetos político-intelectuais, organizados e postos em prática por uma intelectualidade que se colocava a pensar o Brasil e que propunham soluções relacionadas a um processo civilizatório cuja utopia estava na construção da nação brasileira.

Assim, o propósito deste trabalho é refletir sobre o contexto de fundação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, compreendendo, através das estratégias de ação de sua primeira diretoria (1915-1922), os objetivos dos intelectuais envolvidos com este projeto, engajados no combate ao analfabetismo em todo o Brasil. Buscamos também analisar o lugar reservado a movimentos como a Liga Contra o Analfabetismo na historiografia acerca da educação no Brasil. O trabalho utiliza como fontes alguns periódicos da época e documentos como o estatuto da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que constam em uma encadernação, cuja edição data de 1941, que reúne diversas informações sobre a Liga como alguns discursos.

Em busca de referências sobre a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e visando melhor compreender o contexto de sua fundação e os objetivos de um movimento que visava mobilizar o Brasil no combate ao analfabetismo, fazia-se necessário recorrer aos trabalhos que se dedicam ao tema da educação na Primeira República. Neste sentido, o trabalho pioneiro de Jorge Nagle sobre a sociedade e a educação na Primeira República representaria uma referência importante a ser complementada pela historiografia pertinente sobre a instrução no final do Império e início da República. Façamos, então, uma análise acerca das diversas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

interpretações sobre a educação neste contexto, visando compreender onde se insere o movimento desenvolvido pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo.

Em suas reflexões sobre *Educação e Sociedade na Primeira República* [1], Jorge Nagle buscou construir o que chamou de um retrato da sociedade brasileira da Primeira República para, a partir daí, realizar um estudo da educação no período. O retrato da sociedade é feito a partir da análise dos setores político, econômico e social. O setor político tem como base da estrutura de poder o coronelismo; a economia é marcada pela passagem do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial (o que consolidaria o modo de produção capitalista no Brasil); por fim, o setor social sofreria os reflexos da imigração e do urbanismo com a emergência de uma nova ordem social competitiva e com a formação e desenvolvimento de uma sociedade de classes. O autor analisa ainda os movimentos políticos-sociais e as correntes de idéias que emergem no período em questão, dentre estes o Socialismo; Anarquismo e Maximalismo; o Catolicismo; o Tenentismo, os antecedentes do Integralismo; o Nacionalismo e o Modernismo.

Vale aqui ressaltar uma percepção dualista da realidade brasileira; daí a utilização de termos como: sistema agrário-comercial X sistema urbano industrial; escola nova X escola tradicional; inovação X tradição; políticos X técnicos; urbanismo X ruralismo. Sobre a educação, Nagle dá ênfase aos fenômenos denominados "entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico", cujas definições seriam tomadas como fundamentais pela historiografia da educação para se pensar a questão educacional nos anos 10 e 20, assim como na compreensão das motivações dos intelectuais envolvidos com tais questões.

O que Nagle define como "entusiasmo pela educação" nos remete à crença de que, pela multiplicação de escolas e pela ampla valorização das questões educacionais, seria possível integrar a população no caminho do progresso nacional. A diferença principal entre este momento e o que se chamou de "otimismo pedagógico" seria uma espécie de pureza pedagógica deste último. Citando Nagle:

> O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começam por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e

[1] Jorge Nagle. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2a.Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 (1ª edição 1974).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

> movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e "educadores" – principalmente os "educadores profissionais" que aparecem nos anos vinte – transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira. De fato, enquanto o tema da escolarização era proposto e analisado de acordo com um amplo programa desta ou daquela corrente ou movimento, ela servia a propósitos extra-escolares ou extra-pedagógicos; era uma peça entre outras, peça importante, sem dúvida, mas importante justamente pelas suas ligações com problemas de outra ordem, geralmente problemas de natureza política. [2]

Mesmo não enfatizando marcações cronológicas na distinção entre o "entusiasmo" e o "otimismo", Nagle destaca que se deve considerar suas características distintas. Se no primeiro, a escolarização servia a propósitos "extra-escolares ou extra-pedagógicos", sendo analisada de acordo com um amplo programa ligado, sobretudo, a problemas de "natureza política", somente a partir da década de 20 surge o "técnico" em educação, uma nova categoria profissional que passa a tratar exclusivamente dos assuntos educacionais.

A passagem de um pólo a outro diferencia, na visão do autor, as ações empreendidas nas décadas de 1910 e 20. O surgimento do chamado "técnico em educação", em contraposição às instituições que estariam relegando a segundo plano as preocupações educacionais, se dá de forma concomitante à fundação da Associação Brasileira de Educação em 1924, uma entidade de caráter nacional que passaria a coordenar os debates educacionais no país, visando uma "reforma moral e intelectual". Tal distinção entre os movimentos pré e pós-fundação da ABE marcaria profundamente as interpretações acerca dos movimentos educacionais neste contexto.

Em seu trabalho, Jorge Nagle acaba por vincular o caráter político do "entusiasmo pela educação" com questões específicas relacionadas a alguns dos movimentos por ele analisados: a Liga de Defesa Nacional (vinculada à questão

[2] **Ibid**, p.135-136.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

do serviço militar) e, sobretudo, a Liga Nacionalista (e a preocupação em difundir o ensino visando a formação de eleitores). Entretanto, o autor já apontava que a década de 1920 receberia do decênio anterior uma herança forte: exterminar o analfabetismo e/ou disseminar a instrução primária entre a massa da população inculta e analfabeta. Referindo-se às ações da Liga de Defesa Nacional e da Liga Nacionalista de São Paulo, Nagle afirma que:

> Sem dúvida alguma, as pregações dessas instituições enriqueceram o panorama das discussões sobre os problemas da escolarização, principalmente por meio de conferências de propaganda que passaram a ser publicadas em jornais e revistas dos mais diversos pontos do país. [3]

As diversas ligas fundadas durante a década de 1910 estariam, portanto, enquadradas no "entusiasmo pela educação" e seus programas educacionais seriam redefinidos no pós-1924 com a fundação da Associação Brasileira de Educação. Para Nagle, na passagem de um momento para o outro, produziu-se uma dissociação dos problemas pedagógicos dos de natureza social, política e econômica.

Vanilda Paiva[4], em sua leitura de Nagle, afirmaria que até 1925 o que tínhamos era o entusiasmo pela educação, depois desta data, configura-se o otimismo pedagógico. A autora une o entusiasmo pela educação à questão política, sendo este laço desfeito pelo enfoque técnico do otimismo e dos profissionais da educação. Vanilda Paiva destaca que com o fim da Primeira Guerra, a bandeira de luta contra a desnacionalização perde muita força e as ligas perdem seu ímpeto inicial, surgindo inclusive protestos contra a obsessão de combater o analfabetismo. Ao tratar da passagem do entusiasmo para o otimismo, enfatiza que os otimistas consideravam-se politicamente descomprometidos e que, de certa forma, afastavam a ameaça potencial da educação como veículo de mudanças sociais.

Algumas relativizações acerca da distinção fundamental defendida por Nagle seriam evidenciadas em trabalhos como o de Marta Maria Chagas de Carvalho. A partir da análise acerca da atuação e dos propósitos da Associação

---

[3] **Ibid**, p.341.

[4] Vanilda Pereira Paiva. **Educação Popular e educação de adultos**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1983 (1ª edição 1973).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

Brasileira de Educação feita por Marta Carvalho[5], percebemos que não podemos fazer uma distinção tão definida entre os dois momentos apontados por Nagle. A autora destaca que o grupo da ABE não era formado apenas por profissionais em educação e os diferentes interesses de médicos, advogados, engenheiros que participavam da associação davam maior abrangência às questões ali abordadas. Em segundo lugar, destaca que o grupo da ABE guardou do entusiasmo pela educação a prioridade pela instrução como solução transformadora do país e sobre isto, destaca as idéias de Miguel Couto que ficam evidentes na famosa frase: *"No Brasil só há um problema nacional – a educação do povo"*. Por fim, Marta Carvalho aponta que o ocorrido não foi uma despolitização do campo educacional, mas sim uma politização em novos termos.

Marta Carvalho faz uma importante apreciação acerca da participação dos principais membros da ABE na fundação do Partido Democrático do Distrito Federal. A fundação da ABE teria, inclusive, resultado do insucesso na organização de um partido político, em razão da precipitação de um dos organizadores que chegou a entrar em contato com os revolucionários paulistas de julho de 1924 – parcela significativa dos fundadores da Associação Brasileira de Educação esteve envolvida nos movimentos militares. A autora afirma ainda que cerca de metade dos diretores da ABE foi fundadora e organizadora do Partido Democrático do Distrito Federal, compondo sua cúpula em 1927 e 1928. O que temos, portanto, a partir do trabalho de Carvalho, é a afirmação de que questões políticas estavam presentes na ABE, refutando a idéia de uma neutralidade desta associação apontada desde o trabalho de Nagle. A ABE não era, assim, puramente pedagógica sendo também marcadamente política.

Entretanto, não podemos desconsiderar que um dos mais importantes pilares da fundação da ABE seria a crítica ao "fetichismo da alfabetização" e isto evidencia o combate aos movimentos anteriores à sua fundação. De acordo com os membros da ABE, era necessário, ao invés de "*apressadamente ensinar a ler, escrever e contar aos adultos iletrados*" – coisa da má pedagogia – "*cuidar seriamente de educar-lhes os filhos fazendo-os freqüentar uma escola moderna*

[5] Marta Maria Chagas de Carvalho. **Molde nacional e fôrma cívica***:* higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

que instrui e moraliza, que alumia e civiliza"[6]. A redefinição da escola a ser operada a partir da ABE compreendia elementos como o ensino técnico, métodos pedagógicos modernos, seleção de aptidões e encaminhamento profissional. A qualidade de sua proposta educacional, baseada em um ideal civilizatório da sociedade, estaria apoiada na valorização de temas como a moral, a saúde e a racionalização do trabalho escolar.

Não objetivamos aqui negar o papel marcante da Associação Brasileira de Educação ao coordenar os debates educacionais e reunir idéias a serem empreendidas em uma ação de caráter nacional a partir de 1924. Entretanto, movimentos anteriores a ela já traziam em seu ideário temas caros ao que se viria pensar posteriormente sobre educação e nacionalismo. É ainda Marta Carvalho quem destaca a existência de uma similaridade entre os discursos cívicos dos anos 1910 e a campanha empreendida pela ABE. Estes discursos, enquanto práticas, representam um terreno ainda pouco explorado pelos historiadores. Pretendemos com esta pesquisa iniciar a exploração de tal terreno.

Sem dúvida, foi a partir da fundação da ABE em 1924 que se deu uma efetiva organização de intelectuais que objetivava influir na implantação de políticas para a educação no Brasil. Mas este fato não deve excluir a idéia de que os movimentos como a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e outros que a antecederam serviram como uma espécie de ante-sala para que propostas acerca da educação fossem abordadas de forma mais sistemática e, certamente, o movimento da Escola Nova representará uma síntese desta sistematização.

O tema da escolarização ganha destaque nas discussões intelectuais desde o século XIX. Sobretudo na segunda metade daquele século, os processos de escolarização passam a ser alvo de preocupações, uma vez que deveriam estar de acordo com formas modernas. Para além dos rudimentos do saber ler, escrever e contar, seriam incorporados outros conhecimentos como a aritmética e a língua pátria.[7]

Os processos educativos aliavam-se, cada vez mais, aos fundamentos científicos. O aluno passaria a ser colocado como elemento central nas relações de

---

[6] Conferência de Azevedo Sodré na Associação Brasileira de Educação em 1926 sobre "O problema da educação nacional". Apud Marta Carvalho, **op.cit**. p.149.

[7] Sobre o tema ver Luciano Mendes de Faria Filho. "Instrução elementar no século XIX" In: Lopes, Eliana Marta Teixeira; Faria Filho, Luciano Mendes e Veiga, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª Edição. Belo horizonte: Autêntica, 2003.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

aprendizagem em um ensino que deveria primar pela observação, passando do concreto ao abstrato, com ênfase na racionalização de saberes e fazeres e respeitando às normas higiênicas na disciplinização do corpo do aluno. Diversos foram os métodos de ensino adotados neste contexto que trariam à tona reflexões acerca da relação pedagógica de ensino-aprendizagem.[8] A educação passa a ter seu valor reconhecido, sobretudo ao se vincular às questões sociais e a uma nova visão da infância; as crianças precisavam de cuidados e instrução em instituições próprias. A escola tornar-se-ia uma instituição social.

Ao analisar o processo de constituição da instrução pública primária na cidade do Rio de Janeiro entre 1870 e 1890, Alessandra Schueler chama atenção para a constituição de uma forma escolar urbana moderna que se articula à formação do Estado Imperial. O marco de uma regulamentação dirigida pelos grupos políticos conservadores no sentido de controlar e criar escolas públicas seria o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854. Em seu trabalho, a autora enfatiza a presença de heterogêneas culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro, assim como as modificações referentes à profissão docente e de seu significado social. Tais temas se encontravam amalgamados com inquietações referentes a própria sociedade imperial, marcada por contradições, assim como pela abolição e a necessidade de redefinição da cidadania.[9]

Desde o Império, o sistema de instrução pública era caracterizado pela descentralização administrativa. Ao governo central, cabia a instrução primária e secundária apenas na corte e o ensino superior em todo o país. A Constituição de 1824 declarava a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos – mas quem era cidadão? A enorme população escrava certamente ficava de fora, assim como os homens livres e pobres. Em 1827, foi elaborada a 1ª Lei de Instrução Pública segundo a qual escolas de primeiras letras deveriam ser mantidas no país.

---

[8] Dentre os métodos de ensino podemos destacar o método individual, o mútuo e o intuitivo. Destaque para o último que em fins do século XIX enfatizava não apenas o estudo das "primeiras letras", mas sim uma educação do corpo e do espírito. **Ibid**. Ver também Diana Gonçalves Vidal. "Escola Nova e processo educativo" In: Eliane Marta T. Lopes, Luciano Mendes F. Filho e Cynthia G. Veiga (orgs). **500 anos de educação no Brasil**, **op.cit.**

[9] Alessandra Schueler destaca em seu trabalho as ações do professor Manoel José Pereira Frazão que propunha uma escola moralizadora e cívica, afirmando o papel essencial dos professores públicos, preocupados com a cidadania e a reconstrução da Nação brasileira. A autora enfatiza ainda a existência de diversos grupos, associações e conferências que demonstram a organização coletiva dos professores públicos no período em questão. Ver Alessandra Frota M. Schueler. **Formas e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro:** representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890). Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

O Ato Adicional de 1834 determinaria que a formação do povo ficaria a cargo das Assembléias Provinciais.[10] A Constituição republicana de 1891 manteria o perfil descentralizado do ensino, uma vez que o ensino primário e secundário era de responsabilidade dos estados e municípios, sendo a União responsável pelo ensino superior. A grande modificação republicana seria a laicidade do ensino nas escolas públicas. Temas como a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino ganhariam destaque nos debates acerca da educação, ficando sob responsabilidade dos estados e municípios na maioria das vezes.

As escolas primárias durante o período imperial funcionavam de forma precária. Em geral, a escola funcionava na casa do professor, compreendendo apenas uma sala de aula. Esta precariedade permanece durante a Primeira República sendo raras algumas exceções. Neste sentido, a criação dos chamados Grupos Escolares na última década do século XIX foi representativa de um processo de escolarização que demonstra inquietações acerca das condições educacionais. [11]

Com o advento da República, tais inquietações com as condições escolares ganhariam destaque através de movimentos como a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, enfatizando idéias que objetivavam transformar o quadro que vigorava até então. Além desta preocupação com as condições escolares que se associaria à campanha pela criação de escolas e cursos noturnos visando alfabetizar a população brasileira, uma das principais bandeiras a serem erguidas pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo era a de luta pela decretação da obrigatoriedade do ensino primário. A campanha empreendida pelas Ligas Contra o Analfabetismo seria caracterizada por um duplo movimento: uma efetiva mobilização nacional no combate ao analfabetismo – com criação de escolas, obtenção de apoios das instituições religiosas, da imprensa e da população em geral – e a busca por ações por parte do Estado – via poder executivo e legislativo

[10] Sobre a legislação educacional desde o Império ver Angela de Castro Gomes. "A escola republicana: entre luzes e sombras" In: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs), coordenação; Américo Freire [et al.]. **A República no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, pp. 385-437.

[11] Um exemplo representativo de tais inquietações é a inauguração em 1894 da Escola Normal Caetano Campos em São Paulo, considerada como escola modelar ao utilizar o método intuitivo, tomado como base de um ensino moderno. Primava-se, sobretudo, pela visibilidade, preocupando-se com os edifícios escolares que deveriam se contrapor às visões da escola no período imperial. Sobre o tema ver Marta Carvalho. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

nos diversos níveis: nacional, estadual e municipal, chamando-o à responsabilidade pela educação nacional. [12]

Ao analisarmos o contexto de fundação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, não podemos desconsiderar o caldo de cultura advindo das inquietações acerca da educação formuladas no período anterior, a introdução de novos métodos de ensino, a evidência da falta de prédios escolares adequados e a valorização da escola como peça importante na difusão de valores. Entretanto, novos ingredientes engrossariam este caldo e isto é fundamental. Estes novos elementos estão intimamente relacionados com um momento peculiar. A formação de Ligas em meio à Primeira Guerra Mundial é uma conjuntura ainda pouco explorada. Faz-se necessário reconsiderar alguns temas e redefinir algumas idéias. A tarefa não é simples ...

No primeiro capítulo, traçamos um panorama sobre o contexto dos anos 10, contexto este marcado pelo compartilhamento por alguns de nossos intelectuais de uma forma de designar determinadas associações. São inúmeras as Ligas fundadas neste período, assim, analisaremos os propósitos principais de alguns destes movimentos como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista e a Liga Pró Saneamento do Brasil. Em tal análise, tomaremos como suporte conceitual as noções sociabilidade, a idéia de nação e de intelectuais buscando compreender este ambiente cívico-nacionalista.

É a partir deste panorama que passamos a uma análise específica da campanha empreendida pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. O segundo capítulo visa traçar a trajetória desta Liga entre os anos de 1915 e 1922, objetivando compreender o que significava participar desta instituição, assim como enfatizar as estratégias de ação e o efetivo engajamento e mobilização da sociedade na campanha de combate ao analfabetismo obtido através do apoio de instituições como a igreja, as lojas maçônicas e a imprensa. Além disto, a questão

[12] São raros os trabalhos que mencionam diretamente o movimento realizado pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Dentre estes, a obra de Ana Maria Araújo Freire, é uma das que faz menção à Liga ao traçar um histórico desde o período colonial (1534) até os anos de 1930 buscando compreender o problema do Analfabetismo no Brasil. Entretanto, discordamos da autora que vincula a campanha empreendida pela Liga Contra o Analfabetismo à uma ideologia da inferioridade do analfabeto associada à cor negra e destacada como forma de preconceito elitista; este é um argumento que não visualizamos em nossa pesquisa. Ver Ana Maria Araújo Freire. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anãs, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez: Brasília: INEP, 1989.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA

da obrigatoriedade do ensino primário, questão fundamental na campanha empreendida, será alvo de nossa atenção neste capítulo.

O terceiro capítulo dedica-se ao estudo da expansão da Liga nos estados brasileiros, corroborando a idéia de que as ações da Liga Brasileira tomaram proporções nacionais, atingindo a quase totalidade do território brasileiro através da fundação de ligas locais e estaduais. Para aprofundar a reflexão, optamos por analisar as campanhas da Liga Contra o analfabetismo em Sergipe e no estado do Rio de Janeiro.

Por fim, tecemos algumas considerações, buscando combater a idéia de que a Primeira República é o lugar do vazio, valorizando movimentos que engajavam a população nas grandes causas nacionais e compreendendo a Primeira República como um momento estratégico na História do Brasil. Analisamos brevemente a publicação de 1941, dedicada à Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, procurando pensar acerca da memória que se constituiu sobre a campanha contra o analfabetismo empreendida a partir de 1915. Retomamos, assim, as discussões acerca do lugar reservado à Liga Contra o Analfabetismo na História da educação no Brasil. Este lugar acabou por ser definido pelas críticas elaboradas pelos membros da ABE, cujo discurso negava experiências anteriores; entretanto, o que se observa é a elaboração – pela ABE – de novos significados pedagógicos e políticos para tais experiências que foram incorporadas, aprofundadas, porém, negadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610412/CA